



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

ATA Nº20/2013

**ATA DA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO
QUADRIÊNIO DE 2013-2017
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS**

Aos **vinte e um dias do mês de novembro do ano dois mil e treze** pelas catorze horas e trinta minutos reuniu a **Assembleia Municipal de Odivelas**, em **2ª Sessão Extraordinária do Quadriénio de 2013-2017**, no **Salão Nobre dos Paços do Concelho**, sito na Quinta da Memória, Rua Guilherme Gomes Fernandes, em Odivelas, sob a Presidência de Miguel Filipe Pardal Cabrita, como Presidente, Domingos Tomé e Deolinda Martins, como 1ª e 2ª Secretárias, respectivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

II – ORDEM DO DIA-----

Ponto 1 - Proposta de deliberação nº 01/AM/2009-2013 - criação do Grupo de Trabalho para a Revisão do Regimento da Assembleia Municipal de Odivelas. -----

Ponto 2 Proposta de deliberação nº 02/AM/2009-2013 - criação das Comissões Especializadas Permanentes -----

Ponto 3 - Proposta de Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis respeitantes ao ano de 2013 a liquidar em 2014. -----

Ponto 4 - Proposta de Fixação da Taxa de Derrama em 2013 a aplicar em 2014. -----

Ponto 5 - Proposta de Fixação da Participação Variável no IRS em 2013 a liquidar em 2014. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Handwritten initials: P, U, D.

Ponto 6 - Proposta de Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) – 2014. -----

Ponto 7 - Designação do Fiscal Único - Sociedade Oliveira, Reis & Associados - SROC, Lda da Municipália
- Gestão de Equipamentos e Património do Município de Odivelas, EM. -----

Ponto 8 - Eleição do Representante das Juntas de Freguesia na Assembleia Distrital.-----

III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

O Senhor Presidente da Assembleia deu posse aos Srs. Deputados Municipais, **José Mendes Rodrigues**, da bancada da CDU, **Luís Miguel Almeida Santos** da bancada do BE e **João Paulo da Cruz António**, da bancada do PS -----

Nos termos legais aplicáveis, realizaram-se as seguintes substituições: -----

Na bancada do PS, o Membro da Assembleia Municipal, **António Fonseca**, pelo Membro **Alcina Trindade**; -----

Na bancada do PS, o Membro da Assembleia Municipal, **Rui Miguel Cabral**, pelo Membro **Pedro Afonso Caetano**.-----

Na bancada do PS, o Membro da Assembleia Municipal, **Tânia Beleza**, pelo Membro **Carlos Barreto**.-----

Na bancada do PS, o Membro da Assembleia Municipal, **Eduarda Barros**, pelo Membro **João António** -----

Na bancada do BE o Membro da Assembleia Municipal **Maria Sara Simões**, pelo Membro **Luís Miguel Almeida Santos** -----

Na bancada da CDU o Membro da Assembleia Municipal **Lídia Mateus**, pelo Membro **José Rodrigues** -----



Assembleia Municipal de Odivelas

P
H

Distribuída a folha de presenças aos Membros da Assembleia Municipal, verificou-se a presença dos **33** Membros da Assembleia Municipal, tendo-se registado as ausências de **António Caetano Soares Pedro e Lúcia Lemos**, pela bancada da **CDU** **Pedro Afonso Caetano**, pela bancada do **PS**, e **Maria Isabel Neto**, pela bancada **Odivelas Merece Mais**-----

A Câmara Municipal fez-se representar na Assembleia Municipal, nos termos legalmente aplicáveis, tendo estado presente o Senhor Vice Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Hugo Martins e 2 Vereadores que compõem o executivo camarário, tendo-se registado as ausências dos Senhores Vereadores Sandra Pereira da bancada do PSD, Fernanda Franchi da bancada do PS, Fernanda Mateus, Maria do Luz Nogueira da bancada da CDU -----

Havendo quórum, o **Senhor Presidente** deu início ao **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**. -----

O **Senhor Presidente** propôs que se desse início ao **Período das Intervenções Políticas de Interesse Relevante**, tendo usado da palavra os seguintes Membros da Assembleia Municipal:-----

António Monteiro, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve; -----

"O que é que aconteceu à Petição com 10 mil assinaturas entregue nesta Assembleia? -----

Desde o primeiro momento deste mandato os eleitos da CDU quer na Câmara quer na Assembleia Municipal têm questionado a Câmara sobre o processo de privatização da água e da recolha dos resíduos sólidos urbanos. -----

A Câmara Municipal e a Sr.^a Presidente têm-se remetido a um silêncio ensurdecador. -----

Neste sentido e porque em 19 de Setembro último, em Sessão desta Assembleia o Núcleo de Odivelas da Associação Água Pública entregou uma petição com mais de dez mil assinaturas. -----

É certo que foi na última sessão do mandato anterior, mas como não há vacatura de poder, estamos no início de um novo mandato, esta assembleia tem o dever e o direito de saber o que é que o Sr. Presidente da Assembleia e a Sr.^a Presidente da Câmara vão fazerem relação à entidade e à Petição que representam 10 mil munícipes. -----

Questionamos: -----

1 Já foi dada resposta ao núcleo de Odivelas da Água Pública, uma entidade que representa, no mínimo 10 mil munícipes que subscreveram a petição exigindo a anulação do processo de privatização da água. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

P
H
D.

2 pensa o PS e PSD na Câmara e assembleia, em respeito por essa petição e pelo interesse público cancelar esse processo, como aliás, também nós a CDU exigimos?" -----

A bancada do **BE**, apresentou os seguintes documentos: uma Proposta de Recomendação, relativa "**A Apresentação do Plano Diretor Municipal de Odivelas**" (doc.nº1), e uma Moção sobre "**Não aplicação do aumento do horário de trabalho**" (doc. nº 2), que seguidamente se transcrevem; -----

"Apresentação do Plano Diretor Municipal de Odivelas" -----

Tendo em conta que: -----

O ordenamento do território é uma das competências principais de uma Câmara Municipal: -----

A organização do espaço urbano tem implicações na qualidade de vida das populações e pode potenciar ou atenuar formas de exclusão/ghetização social -----

Um território planeado e organizado segundo as normas existentes é um território mais seguro e menos suscetível a catástrofes naturais, como as cheias, por exemplo; -----

O Plano Diretor Municipal (PDM) é o instrumento legal essencial para garantir a existência de uma política urbanística sustentável que coloque o interesse das populações à frente dos interesses económicos privados -----

No concelho de Odivelas o PDM que está em vigor é ainda o de Loures (1993), que foi ratificado em Julho 1994 (Resolução do Concelho de Ministros Nº54/94); -----

O artigo 84º desse mesmo PDM afirma que o documento tem de ser "revisto antes de decorrido o prazo de 10 anos a contar da data da sua entrada em vigor" -----

A Assembleia Municipal de Odivelas, em reunião plenária realizada a 21 de novembro de 2013, por proposta do Bloco de Esquerda, recomenda ao executivo da Câmara Municipal que apresente, o mais brevemente possível, uma proposta de Plano Diretor Municipal para o concelho. -----

"Não aplicação do aumento de horário de trabalho nos serviços municipais de Odivelas" -----

O Governo impôs o aumento do horário de trabalho na Administração Pública Central e Local de 35 horas semanais para 40 horas, sob o argumento da igualização do horário de trabalho com o praticado no setor privado. -----

O aumento de 35 para 40 horas semanais não traz maior produtividade aos serviços nem vai tornar mais eficaz o atendimento aos munícipes, objetivos que devem encontrar soluções no âmbito organizacional e da formação. -----

O aumento do horário de trabalho consubstancia uma perda de direitos e da retribuição, faz crescer os fatores de descontentamento e de mal-estar laboral que, esses sim, prejudicam a produtividade e a identificação dos trabalhadores com os objetivos de serviço público de qualidade a prestar pelo município.



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

Além disso, o prolongamento da jornada de trabalho prejudica vincadamente a vida pessoal dos trabalhadores e agrava as dificuldades na articulação com as suas responsabilidades familiares e sociais.

Constituindo claramente uma desvalorização salarial (há quem a avalie em cerca de 14%) e uma pressão para a redução de postos de trabalho, o aumento de horário de trabalho não encontra qualquer justificação nem argumentos a favor dos trabalhadores e do próprio município. -----

O aumento do tempo laboral para as 40 horas, a par do ataque aos direitos dos trabalhadores da administração Pública Central e Local, concretiza mais um corte brutal da despesa pública e prepara uma vaga de despedimentos, anunciada na proposta de Orçamento do estado -2014, agravando a recessão económica e as condições sociais no município e no país. -----

Assim, o Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Odivelas delibere: -----

Recomendar à Câmara Municipal de Odivelas, no âmbito do exercício da Autonomia Local, a não aplicação do aumento do horário de trabalho dos funcionários de todos os serviços do município. -----

Pela bancada do **PS**, foi apresentada um Voto de Louvor sobre "Semana da Reflorestação Nacional do Movimento Plantar Portugal", (doc. nº 3), que seguidamente se transcreve; -----

"Semana da Reflorestação Nacional do Movimento Plantar Portugal" -----

A floresta constitui um importante recurso económico nacional, mas no contexto urbano e periurbano a sua importância vai muito para além dos aspetos económicos, nomeadamente com a valorização das valências ambientais e sociais inerentes aos espaços florestais. -----

Nesse contexto, a sensibilização e o envolvimento ativo da sociedade civil afigura-se uma tarefa importante quer da parte das organizações não-governamentais de ambiente, quer da parte das autarquias. -----

Tendo presente a 4ª edição da Semana da Reflorestação Nacional que o Movimento Plantar Portugal está a promover por todo o país e que constitui um dos mais relevantes movimentos nacionais de cidadania ativa em defesa do ambiente no nosso país, para além da organização promotora, importa também louvar a Câmara Municipal de Odivelas, que oportunamente se soube associar a esta iniciativa nacional. -----

Neste momento, na Paiã, na zona envolvente ao Parque dos Bichos, estão a ser plantadas 750 árvores- Alfarrobeiras, Carvalhos Alvarinho, Carvalhos Cerquinho, Carvalhos Negrais, Sobreiros, Pinheiros Bravos, Pinheiros Mansos, Pinheiros Larícios, Pinheiros Radiatas, Cedros do Buçaco e Ciprestes, que irão ajudar a aumentar aquele que é o "pulmão verde" do nosso concelho, o Pinhal da Paiã. -----

Nos termos regimentais, face ao exposto, entende a Assembleia Municipal de Odivelas, ser de maior justiça e merecimento a atribuição de um Voto de Louvor à associação Plantar Portugal pela promoção da cidadania ativa em prol do ambiente. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Handwritten signature/initials

Handwritten signature/initials

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia** foi colocada à votação a discussão dos documentos acima apresentados, tendo sido **Aprovados por Unanimidade**.

Edgar Valles, pela bancada do **PS**,

José Falcão, pela bancada do **BE**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve;

"Aproveitar para propor que esta Moção passe a Recomendação!"

E venho contestar o que disse o Deputado Municipal Edgar Valles. Sabemos que é importante que os organismos se pronunciem sobre injustiças, e esta é uma delas! E, se reconhecem que é uma injustiça, se as pessoas estão todas de acordo que isto é uma injustiça e que não pode ser, pois muito obrigado pois, pelos vistos (tendo em conta o que disseram), o vosso voto será favorável a esta Recomendação.

Se todas as Câmaras se pronunciarem favoravelmente sobre esta questão do horário de trabalho (e garanto que o Bloco de Esquerda em todas as Câmaras onde está representado está a apresentar esta recomendação) e muitas já o fizeram, evidentemente que é assim que se podem criar movimentos de oposição às medidas que, teoricamente, todos e todas acham que não deveriam ter sido impostas! E é por isso que é importante que se tomem posições sobre estes temas, independentemente do seu grau de inconstitucionalidade! Não somos nós de facto que decidimos isso.

A questão é saber: estamos de acordo com as 40 horas? – se estamos, então muito bem, votam contra a recomendação. Acho que o argumento da inconstitucionalidade não pode impedir que se tome uma posição sobre esta temática, em relação a esta recomendação.

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD**;

Armindo Fernandes, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve;

"Venho questionar a CM por uma situação recorrente em Caneças, nomeadamente, o facto dos SML terem vindo a proceder a um levantamento das situações existentes, ao nível dos ramais de fornecimento de água.

Na sequência deste trabalho foi detetada a falta de um contador de rega na urbanização da Socoponti, no casal Novo. Quando da receção daquela área ajardinada terá a CM apenas contratado um contador quando na verdade existem dois ramais. Falta portanto um contador e o respetivo contrato.



Assembleia Municipal de Odivelas

(Handwritten signatures and initials)

Também, no lugar d'Além, existia um contador com contrato, ao que parece, desde as obras municipais ali realizadas em 1985 e que servia para abastecer, além zona verde, dois ou três tanques de cimento ali colocados para manter o apoio social a famílias antigas residentes no local e com habitação precárias. ----- Mas ao que consta, por falta de pagamento da dívida acumulada daquele ramal, cerca de 20 mil euros, foi rescindido o contrato e agora cortada a água àquele local. -----

Estes assuntos devem merecer mais e melhor atenção da Divisão responsável pela manutenção deste serviço público, de forma a acautelar situações extremas, como seja o corte de um fornecimento de água."

Pelas 15h10m, os trabalhos foram interrompidos. -----

Pelas 15h30m, os trabalhos foram retomados. -----

Carlos Lopes, pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto sobre o documento nº1; -----

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD**; -----

Luís Galante, pela bancada do **PS**, -----

Luís Santos, pela bancada do **BE**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve; -----

"Sobre a nossa Proposta de Recomendação ao Executivo para aprovação do Plano de Diretor Municipal, duas notas muito breves: independentemente dos prazos que os órgãos legalmente responsáveis têm para se pronunciar, aquilo que consta do Plano de Diretor Municipal aprovado em 1994, no artigo octogésimo quarto, é que o plano teria que ser revisto no prazo de dez anos, ou seja, até 2004, estamos praticamente com dez anos decorridos desse prazo limite de revisão de PDM. Entendemos que é mais que tempo para que o concelho de Odivelas tenha de facto um Plano de Diretor Municipal. -----

Quanto à proposta do Partido Social Democrata para que alteremos o prazo de quatro meses para a maior brevidade possível, o Bloco de Esquerda está disponível para aceitar essa proposta." -----

Carlos Lopes, pela bancada do **PS**, -----

José Falcão, pela bancada do **BE**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve; -----

"Duas coisas muito rápidas: primeiro, francamente não somos nós que estamos sempre a falar do que acontece nos outros concelhos quando é relacionado com a CDU, por exemplo, e não é porque nos outros concelhos, isto está assim, que nós temos que ficar assim, só porque os outros estão. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

Segunda questão: foi aprovado em Reunião de Câmara o prazo do horário, enfim e depois esta Assembleia Municipal o que é que tem a ver com isso, ou por outra, há ou não há liberdade aqui para tomar posição, independentemente do que a Câmara aprovou ou deixa de aprovar?"-----

Susana Santos, pela bancada do **PS**, -----

Pelas, 15h38m registou-se a entrada da Senhora Presidente da Câmara Municipal de Odivelas -----

A Proposta de Recomendação nº 1, acima referida foi colocada à **votação** tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

Pelos Membros da Assembleia, **Fernando Ferreira**, **Carlos Lopes**, pela bancada da CDU e PS foram apresentadas declarações de voto, que seguidamente se transcrevem: -----

Carlos Lopes -----

"Sendo o representante da Assembleia Municipal na Comissão de Acompanhamento do PDM de Odivelas e tendo feito um resumo do processo que estava a decorrer até à última Assembleia do mandato passado. No fundo aquele meu resumo acaba por ter atualidade e esta recomendação, a nosso ver, não tem cabimento de ser aprovada pela nossa parte e o nosso voto vai ser contra por uma questão: neste momento em Junho de 2012/2013 foi entregue na CCDDR a proposta da REN que faltava relativamente a este instrumento de Planeamento Territorial. A CCDDR está neste momento depois de concertação das partes a CCDDR está a analisar o processo para ser apresentado na Comissão Nacional da REN. Ambas estas instituições ou organismos do estado não têm prazos para dar um parecer sobre esta matéria, logo, quando o Bloco de Esquerda propõem num prazo de quatro meses a apresentação do Plano Diretor Municipal de Odivelas, acaba por não ter base para o fazer, base no sentido em que o documento neste momento está nas mãos da OCCDR e que para ser apresentado à comissão nacional da REN que reúne duas vezes por ano e analisa todos os PDMs de Portugal, (Nacionais). Só por aqui poderemos ver a realidade desta proposta, portanto neste momento corre outro perigo, que é e que pode inviabilizar a apresentação do PDM, que é: se for aprovado e foi aprovada a 3 de Outubro em Conselho de Ministros, a proposta de Lei dos Solos, do Ordenamento do Território e do Urbanismo, corre-se novamente o risco e se entrar de novo essa lei de o PDM ter que parar para ser atualizado perante a nova lei de bases. -----

Aqui não existe má vontade da parte da Câmara, há é um sistema administrativo a nível urbanístico e territorial que é altamente complexo e que demonstra que este instrumento de Planeamento Territorial está obsoleto, como tenho dito várias vezes e não corresponde às necessidades dos territórios e por isso a



Assembleia Municipal de Odivelas

(Handwritten signature)

apresentação desta recomendação não tem muito cabimento por isso votamos contra." -----

Fernando Ferreira -----

*"Como é evidente o concelho de Odivelas precisa urgentemente de um Plano de diretor Municipal. -----
Não só um plano de diretor municipal, mas precisamos urgentemente de passar esse plano à discussão pública, uma discussão pública séria e profunda com a população. -----
É preciso também vermos que tipo de Plano de Diretor Municipal vamos fazer, como é que vão ficar nesse Plano de Diretor Municipal as densidades populacionais e os índices máximos de utilização, mas na realidade são muitos anos para um concelho não dispor de um Plano de Diretor Municipal atualizado e faz todo o sentido que os deputados municipais assumindo as suas responsabilidades pressionem no sentido de o mais rapidamente possível esse Plano ser discutido no concelho."* -----

A Moção Nº 2, acima referida foi colocada à votação tendo sido **rejeitado por maioria**, com os votos a favor do BE, votos contra do PS e PSD e com a abstenção da CDU -----

Pelo Membro da Assembleia, **Fernando Ferreira**, pela bancada da CDU, foi apresentada uma declaração de voto, que seguidamente se transcreve; -----

"Como é de todos conhecida, nós somos contra a Lei das 40 horas e estamos em crer que não é isso que estava a qui em causa. -----

Tivesse o Bloco de Esquerda solicitado a esta Assembleia uma posição sobre essa Lei, nós não teríamos qualquer dúvida em votar favoravelmente. O problema é que o Bloco de Esquerda veio aqui solicitar que pedisse ao Executivo Municipal para cometer uma ilegalidade e nós como deputados municipais e com a responsabilidade que temos não podemos subscrever isso." -----

O Voto de Louvor Nº3, acima referida foi colocado à votação tendo sido **aprovada por maioria**, com os votos a favor do BE, PSD e PS e com os votos contra da CDU -----

Pelo Membro da Assembleia, **José Carlos Pires**, pela bancada da CDU, foi apresentada uma declaração de voto, que seguidamente se transcreve; -----

"A bancada da CDU é a favor da Semana da Reflorestação Nacional do Movimento Plantar Portugal, somos contra é aquele anúncio "levas um voto de louvor, com dois votos de louvor" portanto a Câmara Municipal de Odivelas não faz mais do que a sua obrigação em se associar a esta iniciativa Nacional. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

C
D

O **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra à Sr^a Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos que teve por convenientes. -----

Retomada a discussão usaram da palavra os seguintes Membros da Assembleia Municipal: -----

Armindo Fernandes, pela bancada da **CDU**, -----

O **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra à Sr^a Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos que teve por convenientes. -----

Retomada a discussão usaram da palavra os seguintes Membros da Assembleia Municipal: -----

Armindo Fernandes, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve; ----

"Sr. Presidente a CDU quer saber é qual a situação em que o documento se encontrava, isto é, o que a Sr.^a Presidente nos disse é que tem o documento em carteira, vai analisando a pouco e pouco mas a resposta às dez mil assinaturas sobre o processo de privatização da água e da recolha dos resíduos sólidos urbanos fará de conta que é um problema secundário e o destino da Câmara é ela que o traça. ----- Queremos saber de facto qual é a resposta aos cidadãos que assinaram a petição." -----

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve; -----

"Senhora presidente, apesar da competência do Dr. António Costa na sua qualidade de presidente do Conselho Metropolitano e da qualidade reconhecida dos seus vice-presidentes, os senhores presidentes das câmaras de Mafra e Oeiras, teria muito gosto, agora que acabou a Assembleia Metropolitana, de saber o que se passa de mais relevante nesse órgão. -----

Portanto a minha solicitação é no sentido de pedir à senhora presidente que transmita a esta Assembleia, sempre que possível, as decisões mais importantes do Conselho Metropolitano. -----

António Monteiro, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve; -----

"A Senhora Presidente da Câmara Municipal de Odivelas muito tem escrito sobre a participação cívica, sobre a importância da participação cívica. A Câmara agora recebeu um abaixo-assinado de dez mil



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten initials and signature]

assinaturas contra a privatização da água e “mete” a petição na gaveta, nem sequer se digna a agendar uma reunião com o núcleo público e a bancada da CDU regista este “Modus operandi” -----

António Ramos, pela bancada do **PS**; -----

Presidente da Junta da União das Freguesias de Ramada Caneças, **Ilídio Ferreira**, **pela bancada da CDU**, **Susana Santos**, pela bancada do **PS**; -----

António Monteiro, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve; -----

“Se a bancada do PS tivesse analisado a petição verificaria que daquelas dez mil assinaturas constam muitos nomes de militantes destacados do PS e do PSD.” -----

José Falcão, pela bancada do **BE**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve; -----

*“Mais uma vez acho importante que questões como estas, das representatividades neste concelho estejam relativizadas e digo isto porquê: porque este concelho teve 42 ou 45% de votação, de participação eleitoral, com as taxas mais altas de abstenção! Ou seja, que, apesar do partido socialista ter aumentado o número de votos, perdeu **cinco** mil e cem votos!!! E, se calhar, podia perguntar porque é que perdeu **cinco** mil e cem votos! E ir à procura do porquê e encontrar a razão desta perda de influência na posição que teve sobre o SMAS! Tomou uma decisão para a qual não tinha sido eleita, que era a privatização da água e para a qual apesar disso, a posteriori, sem ter discutido a pôs em cima da mesa sem de facto falar com os Odivelenses, sem discutir com os Odivelenses, etc, etc e por isso perdeu votos! Ganhou a maioria, ninguém dúvida, mas perdeu votos.* -----

Se queremos ouvir as pessoas, sabemos que este concelho perdeu um número significativo de votos, ou seja, de pessoas que se alhearam, de uma maneira ou de outra, deste ato eleitoral E era importante que s pensassem sobre isto e tivessem a humildade de perceber que seguramente algumas coisa estão a ser mal feitas” -----

Fernando Ferreira, pela bancada da **CDU**, -----

António Ramos, pela bancada do **PS**; -----

Edgar Valles, pela bancada do **PS**; -----

Após este período, o **Sr Presidente da Assembleia** deu início à discussão do Ponto integrado na **Ordem do Dia**. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

✓
M
R.

PONTO 1 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 01/AM/2013-2017 - CRIAÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO PARA EFETUAR A REVISÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS-----

Presente para deliberação, a Criação do Grupo de Trabalho para a Revisão do Regimento da Assembleia Municipal de Odivelas, de acordo com a proposta de deliberação nº01/AM/2013-2017, e que se dá como reproduzida na pasta da presente reunião. -----

O Ponto foi posto à discussão, não se tendo registado nenhuma intervenção; -----

Pelo Sr. Presidente o Ponto foi posta à votação tendo sido aprovado **aprovada por unanimidade**.-----

PONTO 2 – PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 02/AM/2013-2017 - CRIAÇÃO DAS COMISSÕES ESPECIALIZADAS PERMANENTES-----

Presente para deliberação, a Criação das Comissões Especializadas Permanentes da Assembleia Municipal de Odivelas, de acordo com a Proposta de Deliberação nº02/AM/2013-2017, e que se dá como reproduzida na pasta da presente reunião. -----

O Ponto foi posto à discussão, tendo usado da palavra no âmbito deste ponto os seguintes Membros da Assembleia Municipal-----

Luis Salmonete pela bancada do **PSD**; apresentou uma proposta de alteração; -----

O documento foi colocado à votação tendo sido **Aprovado por Unanimidade**.-----

PONTO 3 – Proposta de Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis respeitantes ao ano de 2013 a liquidar em 2014. -----

Presente para deliberação, a" Proposta de Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis respeitantes ao ano de 2013 a liquidar em 2014 de acordo com a informação nº Interno/2013/9259 de 2013.10.10, remetida pela Sr.ª Presidente da Câmara a esta Assembleia Municipal, aprovada na 2ª Reunião



Assembleia Municipal de Odivelas

(Handwritten initials and signature)

Extraordinária de 2013, da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 28.10.2013, e que se dá como reproduzida na pasta da presente reunião. -----

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal para apresentação do referido ponto. -----

No âmbito da discussão do ponto, usaram da palavra os seguintes membros da Assembleia Municipal: ----

José Falcão, pela bancada do **BE**; apresentou uma Proposta de Recomendação que seguidamente se transcreve: -----

"1-Recomendar à Câmara que proceda, com urgência, à identificação dos prédios urbanos degradados e devolutos há mais de um ano, existentes na área do município; -----
2- Recomendar à Câmara que disponibilize tal listagem à Assembleia Municipal." -----

Maria João Loya, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto -----

Carlos Lopes, pela bancada do **PS**; -----

Presidente da Junta da União das Freguesias de Ramada Caneças, **Ilídio Ferreira**, pela bancada da **CDU**; proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve; -----

"O PS arranja argumentos tão fracos. Por ventura o valor património na Zona Sul é igual a Odivelas? -----
O que é necessário fazer, o Urbanismo e todos os investimentos que são feitos nesses concelhos são os mesmos que é exigível aqui em Odivelas? Por exemplo: Será que é para pagar a dívida de Setúbal por o PS deixar de rastos o concelho? É esse o argumento -----
Cada realidade é uma realidade, por exemplo Lisboa tem um IMI mais baixo, pois tem e porquê? -----
A concentração no concelho de Odivelas é a mesma do concelho de Palmela ou setúbal? -----
Não comparem o que é incomparável, tenham paciência." -----

António Ramos, pela bancada do **PS**; -----

Edgar Valles, pela bancada do **PS**; -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Handwritten signature and initials.

Fernando Ferreira, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve; -----

"Senhores Deputados Municipais, acho que todos nós temos o dever de prudência nas análises que fazemos em relação aos municípios vizinhos e desafiaria os Deputados do Partido Socialista a esperarem pelos resultados de auditoria que a Câmara Municipal de Loures, atualmente da CDU está a fazer e depois falaremos sobre a real situação financeira da Câmara de Loures." -----

Luís Salmonete pela bancada do **PSD**; proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve; -----

Antes da minha intervenção relativa a este Ponto tenho de responder ao meu amigo presidente Ilídio Ferreira, para lhe dizer em primeiro lugar que não foi minha intenção enervá-lo. -----

Em segundo lugar para lhe dizer que existem pelo menos três concelhos na margem sul onde o valor patrimonial é mais elevado do que em Odivelas e são eles: Alcochete, Sesimbra e Almada. -----

Mas o que não há dúvida é que estamos a discutir o caso em concreto de Odivelas e assim: -----

A redução da taxa do IMI é um objetivo que esteve sempre no programa do PSD e isso é desejável e realizável, mas é evidente, quando o PSD for o principal responsável pela gestão do município. -----

Aliás, podemos constatar que muitas das câmaras geridas pelo PSD aplicam uma redução significativa nesta taxa, outras não como é evidente. -----

Genericamente as câmaras têm obrigação de gerir bem as verbas que são cobradas e também as atribuídas pelo Orçamento de Estado, de forma a garantir, que os impostos pagos pelos seus municípios são menos elevados. -----

É evidente que as câmaras não podem remediar por si só os problemas dramáticos que atingem a população, mas podem e devem tentar amenizar algumas das taxas que são da sua responsabilidade fixar. -----

Esta é uma taxa que pela sua grandeza, tem grande peso no orçamento dos Odivelenses. -----

Estamos convencidos que neste momento, seria difícil ir mais longe na redução que é proposta sem comprometer o normal funcionamento dos serviços que são prestados e também sem ferir a bondade dos apoios úteis que são dados, melhor dizendo, da maioria dos apoios úteis que são dados. -----

Não só a política mas também a gestão de uma câmara é a arte do possível. -----

Mas a gestão de uma câmara não tem muito a ver com partidos ou com o ADN dos partidos. -----

Não é por se ser do PS, do PSD ou da CDU que se gere melhor uma câmara. -----

Tem a ver com pessoas e com a perceção que a população tem relativamente a determinadas pessoas em determinado momento. -----

E são essas pessoas que muitas vezes fazem a diferença, não são os partidos. -----

Tivemos inúmeros exemplos disso um pouco por todo o país, nas últimas eleições autárquicas. Isto sem por em causa os partidos, as suas organizações e o seu papel fundamental na vida democrática. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signature]

Mas, já chega de teorias. -----
Relativamente ao ponto em questão, vamos votar favoravelmente esta proposta esperando que, logo que haja possibilidade do executivo poder encarar a possibilidade de ir um pouco mais longe na redução do IMI, o faça. -----

António Ramos, pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto

Maria João Loya, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve; -----

"Para dizer que fui eleita pela população de Odivelas e não por outros concelhos, por isso é aqui que tenho que discutir, aqui é que eu tenho que defender ao que me comprometi. Depois e em relação a outros concelhos não sei, mas trabalho em Loures e sei como é que Loures ficou. Enquanto vocês não tiveram que pedir empréstimo, Loures não ficou nessa situação." -----

Luis Salmonete pela bancada do **PSD**; -----

Fernando Ferreira, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve; -----

*"Gostaria de explicar qual é a minha posição e na generalidade a posição dos membros da CDU nesta Assembleia Municipal. Nós estudamos os problemas antes de virmos para aqui falar e naturalmente que não consigo e não temos tempo de analisar o concelho e por formação não gosto de me pronunciar sobre aquilo que não estudo e pronuncio-me obviamente sobre os problemas do concelho de Odivelas. -----
Como Deputados Municipais desta Assembleia temos uma obrigação perante toda a população que nos elegeu e é mais do que procurar aquilo que nos faz divergir é mais procurar aquilo que nos faz convergir e creio que nesta Assembleia, com boa vontade e com interesse podemos convergir em muitos pontos."* ---

Carlos Lopes, pela bancada do **PS**; -----

José Falcão, pela bancada do **BE**, proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto ---

Edgar Valles, pela bancada do **PS**; -----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia** foi dada a palavra à **Sr.ª Presidente da Câmara** para prestar os devidos esclarecimentos.-----

Retomada a discussão usaram da palavra os seguintes Membros da Assembleia Municipal: -----



Assembleia Municipal de Odivelas

CP
N
D.

José Falcão, pela bancada do **BE**, proferiu uma defesa da honra que seguidamente se transcreve; -----

"Em lado nenhum disse que os funcionários da Câmara eram incompetentes! disse é que a política da Câmara é preguiçosa e incompetente! Não fui eu que disse foi a Susana Amador já há algum tempo, no ano passado. -----

Que fique claro, acabámos de perder uma votação sobre o horário dos funcionários desta Câmara que passaram a ter que trabalhar mais horas sem ser aumentados com uma proposta.-----

Se fossem incompetentes estávamos aqui a dizer é que deviam trabalhar mais, coisa que não achamos, porque basta estar nesta sala, neste edifício para perceber, como é difícil trabalhar nestas condições. -----

Se alguém tem defendido e achado que não são incompetentes, bem pelo contrário, é a bancada do BE que tem sistematicamente denunciado as más condições de trabalho que os trabalhadores e as trabalhadoras desta Câmara têm!!! E esta incompetência é política e é sobre isto que têm que responder. Não estive a discutir a dívida da Câmara, estive a discutir o IMI e é do IMI que estamos a falar." -----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia** foi dada a palavra à **Sr.ª Presidente da Câmara** para uma defesa da Honra, que seguidamente se transcreve; -----

"Neste caso a defesa da honra da equipe política no que diz respeito às más condições de trabalho. Penso que esta Câmara Municipal tem assegurado aos seus trabalhadores excelentes condições de trabalho. ----

Em 2005 tivemos dois locais dispersos de arrendamentos pelo Município de Odivelas onde de facto havia edifícios já muito antigos, degradados, com más condições de salubridade. Hoje os nossos funcionários estão praticamente todos instalados em edifícios novos, em edifícios Municipais com boas condições de trabalho o que levou ao mesmo tempo a uma redução do nosso esforço em arrendamentos, privilegiando aquilo que é de carácter municipal. -----

Orgulho-me obviamente de ter não só um excelente quadro de pessoal, muito qualificado e muito jovem, como também me orgulho de assegurar boas condições de trabalho para todos e nunca recebi nenhuma queixa nem nenhuma reclamação sobre más condições de trabalho. Podemos melhorar, há situações a melhorar na Biblioteca e em outros sítios que temos vindo a acompanhar tendo em conta o edifício. Mas gostaria de saber que más condições são essas e que reclamações é que existem, porque a mim nunca me foram transmitidas." -----

Pelo **Senhor Presidente** foi colocada a votação a **Proposta de Recomendação**, acima referida tendo sido **Aprovada por maioria**, com os votos a favor do **BE**, **PS**, **CDU** e **PSD** e com uma abstenção do Deputado Municipal Miguel Ramos, em nome individual-----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signature]

O Senhor Presidente da Assembleia, colocou o documento à votação tendo sido **Aprovado por Maioria**, com os votos a favor da bancada do PS, PSD, com os votos contra da CDU e do BE -----

Pelos Membros da Assembleia, **António Ramos, José Falcão e Maria João Loya**, pelas bancadas do PS, BE e CDU foram apresentadas declarações de voto, que seguidamente se transcrevem; -----

Maria João Loya -----

"Na medida em que compete aos municípios definir as taxas de IMI a aplicar em cada ano, a CMO já aprovou as taxas respeitantes ao ano de 2013 e a liquidar em 2014. -----

As taxas que hoje nos são apresentadas e que, como sempre, o PS e o PSD já aprovaram na reunião de Câmara e certamente irão aprovar nesta Assembleia têm apenas como novidade a redução em 0,025% para os prédios urbanos avaliados nos termos do Código do IMI, o que equivale a dizer que não temos grandes novidades até porque já estamos habituados a que a CMO veja neste imposto a fonte de receita por excelência. -----

Se bem se lembram, desde sempre a CDU propôs uma redução do valor destas taxas. -----

A essas propostas foi sempre respondido que essa redução implicaria uma quebra de receitas que poria em causa a sustentabilidade financeira do município. É sempre dito que a CDU é irresponsável nas propostas que faz e que as mesmas são pura demagogia, resultante do facto de estar na oposição. -----

Pois bem, importa perguntar como é que a CMO e a maioria que a governa, justificam que, numa conjuntura em que a maioria dos portugueses e, por isso, também os odivelenses, veem o seu rendimento disponível reduzido, não haja uma posição política de auxílio às famílias. -----

Será durante o ano de 2014, ano de liquidação destas taxas, que as famílias estarão no pior momento desta crise para onde fomos todos empurrados. Não seria oportuno que os odivelenses pudessem contar com a sua autarquia para suavizar um pouco a passagem desse doloroso ano que se avizinha? -----

Quando se quer é possível reduzir as taxas. Basta que se faça uma diferente priorização das despesas para se poder abdicar de algumas receitas. -----

Uma vez mais a opção da CMO no que se refere às taxas de IMI merece a reprovação da bancada da CDU. Todos sabemos que a CMO necessita de receitas. Mas todos sabemos também que a taxa do IMI, conjugada com as restantes taxas, tarifas e outras receitas municipais, como a já famosa taxa municipal de passagem, contribuem para o agravamento das condições de vida dos municípios de Odivelas. -----

Continuamos a defender que deveria haver a coragem política de assumir uma redução das taxas. Muitos municípios já o fizeram. Tiveram a consciência de que é fundamental minorar o impacto no rendimento das famílias dos custos crescentes com a habitação e por maioria de razão na conjuntura atual. -----

A Câmara de Odivelas não tem, genuinamente, essa consciência. Faz uma misera alteração de uma das taxas para "fazer notícia". -----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signature]

Gostaríamos de lembrar que a receita relativa ao IMI prevista para 2012 foi de 17 milhões e a efetivamente arrecadada foi de mais de €18 milhões. Ou seja, a CMO sub orçamentou o valor a arrecadar com este imposto, tendo como resultado uma grau de execução de 107,1%. -----

Os dados demonstram que a CMO recebeu todos os anos sempre mais do que aquilo que prevê título de IMI. Esta circunstância é reveladora de que poderia reduzir as taxas, pois o valor com que conta chegaria para as despesas que prevê. -----

Sistematicamente há uma previsão errada nos orçamentos, no que se refere ao IMI. -----

Os Municípes pagam sempre mais do que o valor que a CMO estima receber. Se não é feito por erro, é feito de propósito. O valor a mais não está já afeto a despesas específicas. É o balão de oxigénio para outras despesas. É essa a intenção. Pois discordamos. Se a CMO não afeta esse valor é porque o pode dispensar e bem poderia deixá-lo nos orçamentos das famílias. -----

De acordo com informação da CMO os valores de IMI recebidos nas 1ª e 2ª tranches deste ano totalizam já mais de 10 milhões de euros, perspetivando receber em dezembro ainda quase 7 milhões, bem sabendo --

Que será um valor superior. Apesar disso fez uma redução relevante nas taxas do IMI a cobrar em 2014. ---

Continuamos a pugnar pela redução das taxas do IMI para valores inferiores aos que são hoje propostos.

Consideramos que há margem orçamental para isso. -----

Razões, mais do que suficientes, para a CDU votar contra " -----

António Ramos -----

"O Imposto Municipal sobre Imóveis é uma das principais fontes de receita das autarquias locais, senão a principal, no caso da CMO na ordem dos 25% das receitas municipais, se nos reportarmos ao ano de 2012. -----

Esta é uma realidade que devemos ter bem presente. -----

A continuação, ou melhor a contínua degradação da situação que vivemos, resultado da grave crise económica, financeira, social a que a política do atual governo conduziu o País, coloca-nos perante uma situação de muita incerteza no que poderá ser a receita municipal no ano de 2014. -----

Resultado dessa mesma crise, as autarquias têm visto diminuir consideravelmente as suas receitas, também em função dos cada vez maiores cortes efetuados a nível das transferências do OGE. -----

Transferências que vão continuar a diminuir, como consequência de recentes alterações legislativas, casos do novo regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, caso das alterações no Fundo de Equilíbrio Financeiro, o FEF, caso das deduções para o Índice Sintético de Desenvolvimento Social. -----

Alterações que, no nosso caso, vêm originar uma diminuição da receita na ordem das várias centenas de milhares de euros. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

P
R
D.

Receita que teremos que tentar manter e preservar, de modo a que os compromissos e os investimentos assumidos nas diversas áreas da atividade municipal, mas em especial na Educação, no Ambiente, na Área Social se possam manter. -----

Tal como manter a redução contínua da dívida municipal, onde Odivelas á apontado como um dos Concelhos com maior redução de dívida, mas também como sendo o único dos grandes Concelhos que nos últimos 4 anos não recorreu a novos empréstimos. -----

Estas são outras realidades a ter bem presente. -----

Consciente da gravidade da atual situação, consciente da responsabilidade social perante os nossos cidadãos, consciente das responsabilidades do Município, o executivo municipal propõe a esta Assembleia as taxas de IMI para o ano de 2013 e a liquidar em 2014, proposta que mantém as taxas para os prédios urbanos em 0,675%, reduz as taxas dos prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI para os 0,375%, e mantém a taxa para os prédios rústicos em 0,8%. -----

Se no ano de 2012 foi possível reduzir as taxas para os prédios urbanos, esta proposta e se comparada com o ano de 2012 reduz em 0,25% a taxa para os prédios avaliados ao abrigo do CIMI, hoje em dia a quase totalidade dos imóveis. -----

Estes valores se e quando comparados com os outros Municípios da AML, colocam Odivelas entre os Municípios com as taxas mais reduzidas e bem longe dos valores máximos permitidos por lei e praticados por alguns municípios. -----

Este é um facto bem real e como se diz, contra factos não há argumentos. -----

Esta não sendo a proposta que todos desejaríamos é a possível neste momento, muito sensata, sendo também em nosso entender uma pequena, boa ajuda para todos. -----

Uma outra redução de taxas, como alguns, que por acaso, só aqui defendem, significaria uma quebra de receita, que colocaria em causa investimentos e apoios em curso em áreas fundamentais ou o não cumprir com obrigações já assumidas. -----

E, aos seus proponentes e ou defensores permitam que lhes deixe um convite ou se quiserem um desafio: façam aprovar nas Câmaras por vós geridas as taxas, não as que aqui propõem, mas apenas e só aquelas que iremos aprovar e que irão vigorar para o Município de Odivelas. -----

Tenham essa coragem que os vossos munícipes agradecem. -----

A bancada do Partido Socialista manifesta o seu total apoio à presente proposta, e tal como o fez em 2012, sugere ao Executivo Municipal que caso se confirme a eliminação da cláusula de salvaguarda, que levará a uma maior receita em termos da cobrança de IMI no ano de 2014 e caso se mantenha a recuperação financeira do Município, que seja analisada a viabilidade de no próximo ano as taxas referentes ao ano de 2014 possam continuar a ser reduzidas. -----

Esta seria sem qualquer dúvida, mais uma grande ajuda prestada aos mais necessitados." -----



Assembleia Municipal de Odivelas

(Handwritten signature)
D.

José Falcão -----

"Há situações em que o IMI deve aumentar, não temos que baixar sempre para a generalidade das populações e é por isso que nós queremos saber onde é que estão os prédios devolutos, os prédios degradados, etc., porque é aí que se pode ir buscar dinheiro, que se pode baixar em outros sítios, e mais:: contribuir também para a sua recuperação! -----

Ainda se as coisas fossem pensadas com "cabeça, tronco e membros,...acontece é que a preguiça faz com que não seja assim... dá trabalho pensar. -----

Em Lisboa, a Câmara anda na rua, com funcionári@s, à procura dos prédios devolutos e degradados. Vai fazendo o seu trabalho, porque quer receber mais impostos e, portanto, procura saber o que se passa com os prédios já que as finanças não dão essas informações (segundo as afirmações da sr^a Presidente. Mas as finanças até os fornecem. Até porque há aqui um estudo no Jornal de Negócios, sobre os cinquenta milhões que o IMI perde e para onde vão e quem recebe. O Estado perde 50 milhões de IMI com benefícios contestados pelos técnicos! Portanto, as coisas sabem-se, por isso é que uma Câmara tem que trabalhar desta forma. Não pode estar sempre a fazer aquilo que depois critica no governo. -----

Sabendo nós quem são os mais prejudicados: os que menos recebem são sempre os que pagam mais, porque é mais fácil ir buscar os impostos a quem trabalha e desconta diretamente, do que cobrá-los aos outros que fogem ao fisco. Mais uma vez aqui a facilidade e a preguiça -----

A Câmara já disse que era incompetente sobre esta matéria, mas nós não queremos nem ficamos contentes só porque isto foi afirmado. Queremos sim que essa incompetência passe a competência e que trabalhe para que isso aconteça e é nesse sentido que sistematicamente intervimos, porque queremos que a incompetência declarada pela Senhora Presidente no passado, se transforme em competência a partir de agora.." -----

Ponto 4 - Proposta de Fixação da Taxa de Derrama em 2013 a aplicar em 2014. -----

Presente para deliberação, a" Proposta de Fixação da Taxa de Derrama em 2013 a aplicar em 2014 de acordo com a informação nº Interno/2013/9262 de 2013.10.10, remetida pela Sr.^a Presidente da Câmara a esta Assembleia Municipal, aprovada na 2ª Reunião Extraordinária de 2013, da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 28.10.2013, e que se dá como reproduzida na pasta da presente reunião. -----

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à **Senhora Presidente da Câmara Municipal** para apresentação do referido ponto. -----

No âmbito da discussão do ponto, usaram da palavra os seguintes membros da Assembleia Municipal:---



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signatures and initials]

José Falcão, pela bancada do **BE**; proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve -----

Mais uma vez, sobre a derrama, continuamos a achar que toda a gente deve pagar este imposto, ou seja, somos contra a isenção, tendo em conta que este imposto é sobre os lucros. -----

E sendo sobre os lucros, entendemos que as empresas que aqui estão sediadas, de alguma maneira devem contribuir para o desenvolvimento deste concelho. Neste sentido diferenciamos acima de 150 mil e abaixo de 150 mil ...de 0,5 e 1,5 e portanto é absolutamente lógico e normal e é justo de quem recebe mais pague mais... é justo que toda a gente contribuía, inclusive as empresas independentemente de contratarem ou não trabalhadores. -----

Portanto entendemos que é a continuação da nossa proposta de sempre e que apresentamos desde sempre, porque é a única que nos parece que é justa e que responsabiliza todas as empresas, tal como todos os cidadãos e cidadãs pagam os seus impostos.” -----

Afonso Simão, pela bancada do **PS**; proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto -

José Falcão, pela bancada do **BE**; apresentou uma Proposta de Recomendação que seguidamente se transcreve; -----

“A lei das Finanças Locais não obriga (como em tempos obrigava) a que seja fixado o destino desta receita extraordinária – mas, na verdade, cobrada todos os anos... -----

Cremos, de facto, que este contributo adicional, por parte de quem obtém lucros da sua atividade empresarial deve ser cobrado. -----

Julgamos, no entanto, que esse esforço adicional deverá ser proporcional e ter em conta as enormes dificuldades das pequenas e médias empresas. Basta a ver o número de lojas que fecham, no nosso concelho e conhecer a enorme descapitalização dos pequenos empresários. -----

Daí recomendar à CMO uma proposta de taxa diferenciada para a derrama, alternativa com cobertura no texto legal que suporta a aplicação desta taxa. -----

Os 0,5% de taxa para a derrama que recomendamos à CMO para as empresas com um volume mais baixo significarão uma receita muito pequena. Serão, sobretudo, um compromisso com a comunidade por parte desses pequenos e micro empresários. -----

A taxa máxima de 1,5% será aplicada unicamente às empresas com um volume de negócios já muito significativo, acima dos 150 000 euros – o que nos parece mais justo.” -----

Pelos **17h00m**, os trabalhos foram interrompidos. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signatures and initials]

Pelas **17h20m**, os trabalhos foram retomados. -----

Pelas, 17h20m registou-se a saída da Senhora Presidente da Câmara Municipal de Odivelas -----

José Falcão, pela bancada do **BE**; proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve; -----

*"O BE gostaria de saber qual tem sido o resultado desta magnânima proposta de isenção de derrama -----
Dizem que é para atrair empresas e para aumentar os postos de trabalho e nunca nos é apresentado, no documento apresentado para ser votado, o resultado anual dessa mesma informação. -----"*

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia** foi dada a palavra ao **Sr Vice Presidente da Câmara** para prestar os devidos esclarecimentos. -----

Retomada a discussão usaram da palavra os seguintes Membros da Assembleia Municipal: -----

Afonso Simão, pela bancada do **PS**; proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto; -----

Pelo Senhor Presidente foi colocada a votação a **Proposta de Recomendação**, acima referida tendo sido **Rejeitada por maioria**, com os votos contra do PS e PSD e com os votos a favor das bancadas do BE e CDU -----

O **Senhor Presidente da Assembleia**, colocou o documento à votação tendo sido **Aprovado por Maioria**, com os votos a favor da bancada do PS, PSD, com os votos contra da CDU e do BE -----

Pelos Membros da Assembleia, **António Monteiro, Afonso Simão e José Falcão**, pelas bancadas da CDU, PS e BE foram apresentadas declarações de voto, que seguidamente se transcrevem; -----

António Monteiro -----

"Na atual conjuntura de descalabro económico e social e empobrecimento nacional, cujas consequências dramáticas das políticas do governo PSD/CDS todos os dias se revelam no país e também no nosso concelho, nomeadamente ao nível do desemprego onde têm sido alcançados máximos históricos, bem como ao nível da recessão e destruição de milhares de empresas, todas as medidas locais que se orientem ou possam contribuir para a captação de investimentos, para a atração de novas atividades económicas que acrescentem valor e criem postos de trabalho, todas as medidas que visem apoiar e promover o investimento privado e a consolidação do tecido económico local, merecem, naturalmente, da parte da



Assembleia Municipal de Odivelas

(Handwritten signature)

bancada da CDU, uma particular atenção e devem deter, na nossa perspetiva, um carácter absolutamente prioritário. -----

A proposta ora aprovada, que o PS/PSD apresentou nesta Assembleia Municipal, de aplicação em 2014 da taxa máxima, 1,5%, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de impostos sobre os rendimentos das pessoas coletivas, não contemplou ainda, tal como ocorreu em anos transatos, a concessão de isenção, por um período de 3 anos, às empresas que instalem a sua sede social no Concelho de Odivelas e que criem novos postos de trabalho, nem equacionou a viabilidade, extraordinária, de uma qualquer diminuição ou mesmo isenção da taxa de derrama para as empresas do concelho que apresentem um volume de negócios inferior a 150 000 euros, no sentido de se gerar uma folga de liquidez nas suas tesourarias fortemente fustigadas pela austeridade e severamente debilitadas pela falta de crédito bancário. -----

Não obstante as novas regras determinadas pela lei 73/2013 e a elaboração a posteriori, num processo autónomo, da proposta de isenção para empresas que instalem a sua sede social no Concelho, consideramos que em matéria de criação de novos postos de trabalho e de captação de novos investimentos não há realmente tempo a perder. -----

Entendemos, que a proposta de isenção total, por um período de 3 anos, para empresas que instalem a sua sede social no Concelho de Odivelas e que criem pelo menos 3 novos postos de trabalho, deveria concomitantemente ter sido aprovada e depois objeto de ratificação ou criação de novo processo autónomo, aquando da entrada em vigor das novas regras. -----

Assim, os membros da Assembleia Municipal de Odivelas da Bancada da CDU votaram contra a Proposta de Fixação da Taxa de Derrama em 2013 a aplicar em 2014.” -----

Afonso Simão -----

“O PS teve, tem e terá, uma visão estratégica para Odivelas desde a sua elevação a concelho, a qual os Odivelenses têm vindo a sufragar e, espelho do resultado desse sufrágio, apoiado, concedendo-nos, mandato após mandato, a responsabilidade e o voto de confiança em se pôr em prática um plano governativo ao nível concelhio, que serve os habitantes nas áreas sociais, da saúde, da educação, do desporto, da cultura e também, no plano económico local. -----

Ao longo dos últimos anos, o lançamento da Taxa de Derrama no município de Odivelas, tem sido um espelho dessa visão, que pretendemos continuar a aplicar, sendo também, em nosso entendimento, matéria para aplicação de equidade, no tocante à redistribuição da riqueza criada no nosso concelho, pelas empresas que têm Odivelas como sua sede. -----

Temos assim, em nome de equidade, mantido no valor máximo de 1,5€, a Taxa a aplicar ao lucro tributável sujeito e não isento de imposto, sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). Por outro lado, temos



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten initials]

apresentado em anos sucessivos, isenção dessa mesma taxa, a empresas que instalem a sua sede social no nosso território, numa perspetiva de incentivo ao investimento e captação do mesmo, numa constância que traz aos empresários, a segurança jurídica e fiscal que, infelizmente, não tem sido posta em prática pelo governo central. -----

Sobre esta mesma matéria, aliás, pelo que dispõe e à luz das novas regras da Lei 73/2013, a isenção da Taxa de Derrama deverá ser alvo de um processo autónomo, cuja proposta será apresentada previamente à Assembleia Municipal de Odivelas, sendo o mesmo órgão a aprová-la. -----

Estamos em querer que concorremos todos, forças políticas com representação neste órgão deliberativo, num mesmo sentido, que mais não será o de proporcionar ao tecido empresarial do concelho, um contributo forte, na dinamização e fortalecimento da atividade económica, entre nós desenvolvida. -----

Uma malha empresarial forte, geradora de riqueza e criadora de emprego, servem, sem margem de duvida, todos os Odivelenses e por isso, a bancada do PS na Assembleia Municipal de Odivelas, não poderia deixar de votar favoravelmente a proposta aqui apresentada pelo executivo municipal.” -----

José Falcão -----

“Nós votámos contra. Mas era só para explicar que a pergunta que fiz ao executivo sobre os números e que parece uma pergunta de retórica, não o é! Apenas queremos que, de facto, das próximas vezes, estes documentos venham fundamentados com tudo o que há para discutir sobre essa questão, porque pode ser que isso faça pensar e alterar algum voto caso as pessoas sejam devidamente informadas.” -----

PONTO 5 - Proposta de Fixação da Participação Variável no IRS em 2013 a liquidar em 2014. -----

Presente para deliberação, a” Proposta de Fixação da Participação Variável no IRS em 2013 a liquidar em 2014. acordo com a informação nº Interno/2013/9264 de 2013.10.10, remetida pela Sr.ª Presidente da Câmara a esta Assembleia Municipal, aprovada na 2ª Reunião Extraordinária de 2013, da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 28.10.2013, e que se dá como reproduzida na pasta da presente reunião.

O **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal** para apresentação do referido ponto.-----

No âmbito da discussão do ponto, usaram da palavra os seguintes membros da Assembleia Municipal:-----

Miguel Ramos, pela bancada do **PS**; proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto -



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signature]

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia** foi dada a palavra ao **Sr. Vice-Presidente da Câmara** para prestar os devidos esclarecimentos. -----

O **Senhor Presidente da Assembleia**, colocou o documento à votação tendo sido **Aprovado por Unanimidade** -----

Pelo Membro da Assembleia Municipal, **Miguel Ramos**, pela bancada do **PS**, foi apresentada uma **declaração de voto** que seguidamente se transcreve; -----

"De acordo com a Lei das Finanças Locais, os Municípios podem arrecadar uma participação variável do IRS dos sujeitos passivos com domínio fiscal no seu território, referindo-se este valor aos rendimentos do ano anterior. -----

Na atual conjuntura de crise, o IRS tem sofrido diversas alterações, quer através da aplicação de taxas suplementares, quer da supressão de diversos escalões. -----

No entanto como estas medidas não estão a originar as receitas pretendidas, será que ainda nos esperam outras medidas extraordinárias? -----

Segundo o OE para 2014, as famílias portuguesas vão continuar a suportar a sobretaxa extraordinária de 3,5%, que era extraordinária em 2013 mas que vai continuar extraordinária em 2014. -----

Sendo o rendimento de todos nós cada vez mais diminuto e alvo de sucessivos cortes, e em muitos casos inexistente, esta fatia que cabe ao Município será também ela, e também resultado de alterações legislativas, cada vez mais uma micro fatia, de tal forma que se prevê uma quebra da receita proveniente da participação do IRS, de cerca de 280 Mil €. -----

Assim entendemos natural a decisão de manter a participação de 5% no IRS de 2013 porque as receitas do município vão continuar a ser alvo de fortes quebras, mas também porque acima de tudo é imprescindível e prioritário garantir a continuidade do investimento nas diversas áreas, em especial na Social. -----

Neste sentido, a bancada do Partido Socialista manifesta o seu apoio à presente proposta." -----

PONTO 6 - Proposta de Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) – 2014. -----

Presente para deliberação, a "Proposta de Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) – 2014, de acordo com a informação nº Interno/2013/9265 de 2013.10.10, remetida pela Sr.ª Presidente da Câmara a esta Assembleia Municipal, aprovada na 2ª Reunião Extraordinária de 2013, da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 28.10.2013, e que se dá como reproduzida na pasta da presente reunião. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal para apresentação do referido ponto.-----

No âmbito da discussão do ponto, usaram da palavra os seguintes membros da Assembleia Municipal:---

José Falcão, pela bancada do BE; apresentou uma Proposta de Recomendação, que seguidamente se transcreve; -----

"Para que a Taxa Municipal de Direitos de passagem seja paga diretamente pelas empresas de telecomunicações e não pelos consumidores. -----

A Taxa Municipal de direitos de passagem (TMDP) foi criada pela Lei das Comunicações Eletrónicas. Segundo o nº2 do artigo 106º da lei nº5/2004 de 10 de Fevereiro, "os direitos e encargos relativos à implantação, passagem e atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, dos domínios públicos e privado municipal podem dar origem ao estabelecimento de uma taxa municipal de direitos de passagem (TMDP)". -----

A TMDP é determinada com base na aplicação de um percentual sobre cada fatura emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicação eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do correspondente município. -----

Segundo a Lei Geral Tributária, as taxas assentam na prestação concreta de um serviço público ou na utilização de um bem de domínio público. Há assim que questionar porque motivo o cliente final dos serviços das operadoras de telecomunicações é sujeito passivo da TMDP, já que são as operadoras de telecomunicações quem efetivamente utiliza o bem de domínio público. A TMDP é, na verdade, a contraprestação pela concessão de um direito de utilização do subsolo direito esse que é concedido pelos municípios às operadoras de telecomunicações e não aos consumidores finais -----

A aplicação da TMDP tem gerado grande controvérsia. O Provedor de Justiça e a Associação Nacional de Municípios Portugueses tomaram posições muito críticas sobre a TMDP. Os municípios reclamam, muito justamente, que as empresas de telecomunicações, embora apresentam lucros muito avultados, nem sempre transferem para os municípios os valores, ou todos os valores, que cobram aos consumidores. Muito recentemente, e apenas como exemplo, a imprensa divulgou que uma Câmara Municipal tinha recebido de uma operadora, a PT Comunicações S.A., um cheque de 27 cêntimos. Sucede que a Lei nº5/2004 também não prevê qualquer sanção para as operadoras de telecomunicações pelo incumprimento do artigo 106º, pelo que são absolutamente necessárias alterações à Lei nº5/2004 de 10 de Fevereiro. -----

Assim, a assembleia Municipal de Odivelas, reunida em 21 de Novembro de 2013 recomenda: -----



Assembleia Municipal de Odivelas

P
A
D.

1. Solicitar à Assembleia da República uma alteração à lei nº5/2004 de modo a que as -----
operadoras de telecomunicações, e não os consumidores finais, passem a pagar diretamente a
TMDP; -----
2. Defender que a lei nº5/2004 passe a prever coimas significativas aos incumpridores do
artigo 106º, para que as empresas não fujam ao respetivo pagamento aos municípios." -----

Fernando Ferreira, pela bancada da **CDU**; proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de
voto; -----

João António, pela bancada do **PS**; proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto --
Presidente da Junta da União das Freguesias de Ramada/Caneças, **Ilídio Ferreira**, pela bancada da **CDU**; -
Luís Salmonete, pela bancada do **PSD**; proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de
voto. -----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia** foi dada a palavra ao **Sr. Vice-Presidente da Câmara** para prestar os
devidos esclarecimentos. -----

Pela Bancada da CDU, foi apresentada uma **Proposta de Recomendação** que seguidamente se
transcreve; -----

"Os Membros da Assembleia Municipal de Odivelas reunidos em Sessão Extraordinária em 21 de Novembro
de 2013, analisaram a problemática envolvendo as TMDPs e a TOS. -----

Após essa análise concluíram da incorreção da repercussão das referidas taxas sobre os consumidores
finais dos serviços com elas correlacionadas. -----

Assim, vêm por este meio recomendar à Assembleia da República e aos Grupos Parlamentares nela
representados, a alteração das leis concernentes, no sentido de que seja proibido às empresas operadoras
fazerem repercutir as taxas que lhe são aplicadas sobre os consumidores finais." -----

Pelo Senhor Presidente foi colocada a **votação a Proposta de Recomendação**, acima referida, pela
bancada do **BE**, tendo sido **Aprovada por Unanimidade** -----

Pelo Senhor Presidente foi colocada a **votação a Proposta de Recomendação**, acima referida, pela
bancada da **CDU**, tendo sido **Aprovada por Unanimidade** -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Handwritten initials and signature.

O **Senhor Presidente da Assembleia**, colocou o documento à votação tendo sido **Aprovado por Maioria**, com os votos a favor da bancada do PS, PSD, com os votos contra da CDU do, BE -----

Pelos Membros da Assembleia, **João António, Fernando Ferreira e Luís Salmonete**, pelas bancadas do PS, CDU e PSD, foram apresentadas declarações de voto, que seguidamente se transcrevem; -----

João António -----

"A Taxa Municipal de Direitos de Passagem, foi criada para incidir sobre a utilização do Subsolo Municipal por empresa prestadoras de serviços pelo que deveriam ser essas mesmas empresas a suportar essas taxas. -----

O Legislador assim não o entendeu e mesmo não concordando que esta taxa seja cobrada aos consumidores, a Bacada do PS entende dever respeitar essa decisão. -----

Assim e considerando que a receita cobrada, em 2012 foi de apenas (20.225€21), não sendo a mais significativa para o Município, como o não é para os municípios, também contribui para o tão necessário equilíbrio orçamental e que no presente, com a diminuição confirmada das receitas municipais, não deve abdicar de todos os tipos de receita, de modo a não colocar em causa os diversos programas de apoio. ----

Neste sentido, a bancada do partido Socialista exprime o seu apoio à proposta trazida a esta Assembleia pelo Executivo Municipal, que irá votar favoravelmente." -----

Fernando Ferreira -----

"É de todos conhecida a posição da CDU sobre a problemática das Taxas Municipais de Direito de Passagem e sobre a Taxa Municipal de Ocupação do Subsolo. -----

Os membros da CDU nesta Assembleia, conscientes das suas responsabilidades perante a população do Concelho de Odivelas, gostariam de colocar à reflexão de todos os eleitos alguns aspetos correlacionados com os assuntos anteriormente citados e que a realidade da vida vem mostrando que devem ser abordados em paralelo. -----

Uma primeira reflexão incide sobre a situação política e social do País. -----

Do ponto de vista político, Portugal encontra-se num impasse na exata medida em que é governado por uma maioria inconformada com o quadro Constitucional, decorrendo daí um permanente confronto com a Constituição da República e com o próprio regime democrático. -----

Para agravar a situação, as possibilidades de solução desse impasse, são sistematicamente bloqueadas pelo Presidente da República que se comporta frequentemente como um qualquer membro do Governo. ----

As políticas de austeridade em que cegamente têm vindo a apostar, conduziram a uma acelerada degradação das condições de vida de uma parcela muito significativa da população do País. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

C
H

DC

As atuais políticas, como é reconhecido e os números tornam impossível de desmentir, conduziram e conduzem a uma desvalorização profunda do fator trabalho e ao favorecimento desmedido dos grandes grupos económicos e financeiros. -----

O facto anterior tem tudo a ver com o ponto que estamos a analisar nesta Assembleia. Tem a ver do ponto de vista dos princípios mas também dos montantes monetários em jogo. -----

Uma segunda reflexão dirige-se ao enquadramento legal das referidas taxas. -----

Como em tudo, torna-se necessário refletir sobre o passado e o presente para podermos equacionar o futuro. -----

Hoje em dia as empresas que operam nas áreas de comunicações eletrónicas e serviços energéticos são empresas do sector privado, estando desse modo intimamente submetidas a uma lógica de obtenção de lucros e mais-valias. -----

Poder-se-á argumentar que tais empresas prestam um serviço público mas, intrinsecamente a lógica de gestão dessas empresas visará o lucro máximo. -----

Pela natureza do seu serviço, tais empresas utilizam territórios de domínio municipal público e privado. -----

Tal utilização, dizemo-lo já, deve, em nosso entender, ser passível de sujeição a uma taxa municipal, não só de passagem mas igualmente pela utilização do subsolo como meio físico de passagem ou de instalação de equipamentos. -----

Não é portanto a existência das taxas que nos preocupa, mas sim o facto de serem os consumidores finais dos serviços prestados pelas referidas empresas a pagá-las. -----

A Lei nº 5/2004 (lei das comunicações eletrónicas), alterada pela lei 51/2011, estabelece que os direitos e encargos relativos à implantação, à passagem e ao atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas, podem dar origem ao estabelecimento de uma TMDP. -----

A lei nº 53-E/2006 enquadra do ponto de vista jurídico a cobrança da taxa por ocupação do subsolo. Nos termos desta lei, cabe às Assembleias Municipais a decisão sobre a existência e o valor da referida taxa. ---

Digamos que se essa taxa fosse justa e equilibrada e se ela se repercutisse sobre as empresas operadoras e fosse por elas assumida, nada teríamos a obstar. -----

No passado, alguns municípios que lançaram as referidas taxas sustentaram em tribunais ações contra as operadoras pelo facto destas não procederem junto daqueles à respetiva liquidação. Após anos de litígios que correram até ao Supremo Tribunal Administrativo, as operadoras foram condenadas ao pagamento das taxas em dívida aos municípios. -----

Parecia assim que os princípios da justiça se iam sobrepor aos interesses dos grandes grupos económicos... -----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signature]

Sendo as empresas que operam no mercado as efetivas utilizadoras dos bens públicos e privados de domínio municipal, deveriam ser elas a efetuar e assumir o pagamento das taxas tal como outras empresas que têm atividade nos territórios municipais. -----

Contudo, a decisão nº 98/2008 de 8 de Abril do Conselho de Ministros, ao ceder face à pressão dos interesses económicos dessas empresas veio abrir "a caixa de Pandora"! -----

O que prevê essa decisão? -----

Tal decisão acorda que os operadores podem fazer repercutir sobre os consumidores finais as taxas que lhe são cobradas pelos municípios. -----

Deve repetir-se: a decisão prevê que as taxas podem ser suportadas pelos consumidores finais. -----

Entendamo-nos bem: -----

As Assembleias Municipais lançam uma taxa sobre as empresas operadoras, mas estas têm o direito de a fazer repercutir sobre os seus clientes. A conclusão é óbvia: quando assim acontece, as Assembleias Municipais lançam uma taxa que será suportada pelos munícipes e pelas empresas sediadas no território concelhio!! -----

E assim se subverte tudo!! -----

Tomemos como exemplo um cliente da Lisboa Gás e atentemos no cinismo da carta que esta empresa enviou aos seus clientes do Concelho de Odivelas. Passo a transcrever: -----

"...A sua fatura de gás natural passará a conter um valor adicional que corresponde à taxa municipal, cujo valor é determinado pela sua autarquia, nos termos da lei em vigor..." -----

"... As empresas do sector do gás natural são totalmente alheias a este valor, atuando unicamente como veículos de cobrança por conta das autarquias..." -----

"... Nos termos da lei, cabe a cada Assembleia Municipal a decisão sobre a existência e o valor das taxas, diferindo assim de município para município..." -----

"...A metodologia de repartição é definida pela ERSE..." -----

Aqui temos nós, podendo ver e sentir até à saciedade, o ónus integralmente colocado sobre os ombros do Poder Local Democrático! -----

Claro que estas artimanhas precisam de um enquadramento técnico e legal que faça parecer aos mais incautos que o processo é justo e correto. É neste pressuposto que se entrega à ERSE a definição dos moldes e dos montantes de taxas a pagar pelos consumidores finais em cada município. -----

Sejamos claros: quem acaba por definir a taxa/imposto aos consumidores finais não são as assembleias municipais mas sim a ERSE. -----

A decisão da Assembleia Municipal é apenas o pretexto! -----

Se na TMDP sobre as operadoras de telecomunicações o montante a cobrar ao consumidor final não excede por lei os 0,25% do valor total da fatura, no caso das redes de gás natural as coisas passam-se de modo bem diverso. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

(Handwritten signatures and initials)

A incidência da TOS no Concelho de Odivelas atinge cerca de 5% do valor total da fatura e a esse valor da taxa acresce ainda IVA à taxa de 23%! -----

Não estamos, pois, a falar de valores irrisórios e daí a pergunta colocada previamente ao Executivo Municipal.-----

Na realidade o que a Assembleia Municipal de Odivelas decidiu ao aprovar o Regulamento de Taxas Municipais foi o seguinte: -----

Passo a transcrever: -----

Capítulo III -----

Ocupação de Domínio Público ou Privado Municipal -----

Art.º 57º -----

Ocupação do subsolo com equipamentos de concessionárias de serviço público. -----

A ocupação do subsolo com equipamentos de concessionárias de serviços públicos está sujeita ao pagamento das seguintes taxas: -----

- a) Depósito subterrâneo, com exceção dos destinados a bombas abastecedoras, por m3 e por ano.....
5€ -----
- b) Tubos, condutas, cabos condutores e semelhantes, por metro linear por ano: **b1)** com diâmetro até 20 cm.....2€ **b2)** com diâmetro Superior a 20 cm...3€ -----

A Assembleia Municipal lançou assim uma taxa sobre as empresas operadoras e não uma taxa sobre os consumidores finais. -----

Existe pois uma completa subversão lógica a que urge pôr cobro. -----

É justa a cobrança pelos municípios da TMDP e da TOS mas estas devem ser assumidas pelas operadoras como custos de investimento de operacionalização e não devem ser pagas pelos consumidores. -----

Mas, perguntemo-nos ainda: como chega a ERSE ao valor da TOS a cobrar ao consumidor final? -----

A resposta vem esclarecedora num extenso relatório elaborado por aquela entidade. Nele pode ler-se: -----

“ De acordo com o art.º 154 do RT, as TOS definidas pelos operadores da rede de distribuição são função dos montantes pagos a cada município” -----

Ou seja: feitas as contas ao valor global da taxa definida pelas assembleias municipais, a ERSE calcula a TOS a ser lançada pelas operadoras e aquela atingirá os montantes necessários e suficientes que cubram na globalidade os encargos das empresas operadoras, acabando todos os custos por reverter tudo para cima dos consumidores finais. -----

Aliás a verdadeira independência das entidades reguladoras começa a ser posta em causa por especialistas internacionais e nacionais na área económica. -----

Joseph Stiglitz, Prémio Nobel da economia, no livro “O preço da desigualdade”, escreveu: -----



Assembleia Municipal de Odivelas

P
H
D.

“...Hoje em dia em muitas áreas, as agências reguladoras são responsáveis pela fiscalização de um sector. O problema é que os líderes dos grupos económicos nestes sectores usam a sua influência política para nomearem para as agências reguladoras, personalidades complacentes com os seus objetivos...” -----

Os economistas apelidam este fenómeno de “captura do regulador”. -----

Também o economista Eugénio Rosa chama a atenção para o problema em Portugal, analisando em detalhe de que forma o fenómeno se regista no nosso País. Trata-se de uma verdadeira “porta giratória” envolvendo membros de grupos económicos, que vão para o governo e de membros do governo e das entidades reguladoras que depois transitam para os grupos económicos. -----

Há pois que dar a devida atenção ao problema. -----

Um terceiro ponto de reflexão liga-se evidentemente ao que devemos fazer enquanto membros de um Órgão democraticamente eleito pelas populações. -----

Ficaremos indiferentes perante o odioso que tentam lançar sobre nós ou pelo contrário somos capazes de reagir em defesa daqueles que nos elegeram? -----

Acreditamos que será um ponto de consenso nesta Assembleia Municipal o facto de deverem ser as empresas operadoras a assumir as taxas em apreço e não os consumidores finais. -----

Assim sendo, parece-nos que esta Assembleia no pleno uso das suas competências e de acordo com o art.º 25º da alínea j) da lei 75/2013 o qual estipula que são competências de fiscalização e apreciação: -----

j) Tomar posição perante quaisquer órgãos do Estado sobre assuntos de interesse do município, deveria recomendar à Assembleia da República e aos Grupos Parlamentares a alteração da legislação em vigor no sentido de que fosse proibido que as taxas em análise fossem repercutidas sobre os consumidores finais.---

É esse o sentido da Proposta de Recomendação que vamos entregar à Mesa e que gostaríamos de ver colocada à consideração desta Assembleia.” -----

Luís Salmonete -----

“Desde que esta taxa foi criada temos reafirmado a nossa posição de que deveriam ser os operadores e não os utentes a suportar a mesma. -----

Já fizemos algumas diligências ao longo dos anos junto de alguns deputados na Assembleia da Republica mas confessamos que não fomos bem-sucedidos. -----

Segundo os argumentos apresentados a esta Assembleia Municipal o executivo não pode prescindir desta verba, que, apesar de não ser avultada, é importante para a globalidade do orçamento. -----

Daí o nosso voto favorável.” -----



Assembleia Municipal de Odivelas

(P)

M
D.

PONTO 7 - Designação do Fiscal Único - Sociedade Oliveira, Reis & Associados - SROC, Lda da Municipália - Gestão de Equipamentos e Património do Município de Odivelas, EM. -----

Presente para deliberação, a" Designação do Fiscal Único - Sociedade Oliveira, Reis & Associados - SROC, Lda da Municipália - Gestão de Equipamentos e Património do Município de Odivelas, EM - 2014, de acordo com a Proposta Nº 10/PRES/2013 de 2013.10.17, remetida pela Sr.ª Presidente da Câmara a esta Assembleia Municipal, aprovada na 1ª Reunião Extraordinária de 2013, da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 23.10.2013, e que se dá como reproduzida na pasta da presente reunião. -----

O **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senho Vice-Presidente da Câmara Municipal** para apresentação do referido ponto.-----

No âmbito da discussão do ponto, usaram da palavra os seguintes membros da Assembleia Municipal:---

Luis salmonete, pela bancada do **PSD**; -----

José Carlos Pires, pela bancada da **CDU**, -----

Susana Santos, pela bancada do **PS**; -----

Pelas 18h00m, registou-se a saída do Deputado Municipal **José Falcão**, pela bancada do **BE**; -----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia** foi dada a palavra ao **Sr Vice-Presidente da Câmara** para prestar os devidos esclarecimentos.-----

Retomada a discussão usaram da palavra os seguintes Membros da Assembleia Municipal: -----

Luis Salmonete, pela bancada do **PSD**; proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve; -----

"Primeiro ponto: concordo com o Sr. Presidente da Assembleia, é preferível vir informação a mais do que informação a menos, mas não virem as contas e vir o curriculum do Conselho de Administração é que já não me parece lógico. -----

Segunda questão tem a ver o quinto ponto que foi a Reunião de Câmara. Foi deliberado por escrutínio secreto a eleição, ou seja, houve uma eleição por escrutínio secreto que deu um resultado. Ponto 1: não foi ao mesmo tempo, ou seja, numa eleição que foi feita por escrutínio secreto, que foi nomeado o conselho de -----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signatures]

administração, num segundo ponto, diz aqui: aprovar e remeter à Assembleia Municipal de Odivelas para que designe um fiscal único e neste ponto aprovar e remeter a Assembleia Municipal. -----

Não temos o resultado da votação, que não foi uma eleição, ou seja houve dois pontos: uma eleição e uma aprovação do fiscal único. Por isso é que eu penso que não se trata de haver aqui informação a mais ou a menos, penso que o processo está mal elaborado. -----

Entendo que o ponto que vem à Assembleia Municipal é o que nós temos de deliberar. Agora que não vem bem instruído, não há duvida que não vem e isso é elucidativo pelas atas da Câmara." -----

Armindo Fernandes, pela bancada da **CDU**; proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve; ----

"Contrariamente ao habitual, o Sr. Deputado Luís Salmonete hoje teve aqui um raciocínio correto sobre este ponto. É esse mesmo o nosso problema, porque vem aqui o que se passou com o ponto 1, mas não vem o que se passou com o ponto 2. Para nós o documento está mal instruído e não estamos em condições, como é óbvio de o votar." -----

Edgar Valles, pela bancada do **PS**; -----

Presidente da Junta da União das Freguesias de Ramada Caneças, **Ilídio Ferreira**, pela bancada da **CDU**; -

O **Senhor Presidente da Assembleia**, colocou o documento à votação tendo sido **Aprovado por Maioria**, com os votos a favor da bancada do PS, PSD, com os votos contra da CDU do, BE e com a não votação do Deputado Municipal Joaquim Campos, por ser funcionário da referida empresa -----

Pelos Membros da Assembleia Municipal, **José Carlos Pires e Luis Santos**, pelas bancadas da **CDU e BE**, foram apresentadas declarações de voto que seguidamente se transcrevem; -----

José Carlos Pires -----

"A bancada da CDU votou contra, não tendo nada contra a empresa, mas sim porque na nossa opinião o processo foi mal instruído e não foi votado na Câmara. -----

O que se assistiu na Câmara foi à votação do ponto 1, deste artigo nº 5, que foi da eleição dos corpos sociais da Municipália e não isto." -----



Assembleia Municipal de Odivelas

P
H
D.

Luis Santos -----

"O Bloco de Esquerda votou contra esta proposta. Também nada nos move nada contra esta empresa que está proposta, mas sentimos que não tínhamos a mínima condição para votar favoravelmente, porque a informação que nos chegou da Câmara Municipal estava manifestamente incompleta." -----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia** foi dada a palavra ao **Sr. Vice-Presidente da Câmara** para prestar os devidos esclarecimentos. -----

PONTO 8 – Eleição do Representante das Juntas de Freguesia na Assembleia Distrital. -----

Presente para deliberação, a "Eleição do Representante das Juntas de Freguesia na Assembleia Distrital, nos termos da alínea b) do artigo 2º do Decreto-Lei nº5/91, de 8 de janeiro." -----

Pelas 18h30m, **registou-se a saída do Deputado Municipal José Carlos Pires**, pela bancada da CDU; ---

No âmbito da discussão do ponto, usaram da palavra os seguintes membros da Assembleia Municipal: -----

Susana Santos, pela bancada do PS, apresentou a **Proposta A** -----

Efetivo: Presidente da União de Freguesias de Pontinha/Famões, **Corália Rodrigues** -----

Armindo Fernandes, pela bancada da CDU apresentou a **Proposta B**, -----

Suplente: Presidente da União das Freguesias de Ramada/Caneças, **Ilídio Ferreira** -----

Procedeu-se ao escrutínio secreto, tendo-se obtido a seguinte votação quanto à **Proposta A e B** -----

Votação do Membro Efetivo: -----

27 Votos para União de Freguesias de Pontinha/Famões -----

2 Votos para União de Freguesias Póvoa/Olival Basto -----

1 Voto para Junta de Freguesia de Odivelas -----

2 Votos brancos -----

Votação do Membro Suplente: -----

29 Votos União das Freguesias de Ramada/Caneças -----



Assembleia Municipal de Odiveelas

3 Votos para Junta de Freguesia de Odiveelas -----

Assim, ficou eleito o **Representante das Juntas de Freguesia na Assembleia Distrital, como efetivo** – a Senhora Presidente da União das Freguesias de Pontinha/Famões, **Corália Rodrigues** e como suplente o Senhor Presidente da União de Freguesias de Ramada/Caneças, **Ilídio Ferreira** -----

Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente** declarou encerrada definitivamente a Sessão pelas 18h51, dela se tendo lavrado Minuta, a qual, depois de lida pelo 2.º Secretário e aprovada pela Assembleia, foi assinada pelo 1.º Secretário, pelo 2.º Secretário e pelo Senhor Presidente. -----

O Senhor Presidente

O 1º Secretário

O 2º Secretário